

# **O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: DILEMAS E DESAFIOS NA SALA DE AULA**

JOSÉ DO EGITO NEGREIROS PEREIRA

(DH/UEPB)<sup>1</sup>

egito78@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivos fazer um levantamento da legislação educacional sobre a diversidade sociocultural brasileira, presente nas diretrizes curriculares nacionais e seus desafios para a inclusão de um ensino na sala de aula, voltado às relações étnico-raciais, delimitando-se para o cumprimento da Lei 10.639/2004, atualmente reformulada pela Lei 11.645/2008. Abordaremos os dilemas do ensino de história africana e cultura afro-brasileira, tomando por base, experiências de professores/as relatadas em uma bibliografia sobre ensino de história e cultura afro-brasileira na sala de aula. Abordaremos os resultados de um ensino pautado na diversidade sociocultural brasileira, onde os estudantes negros passaram a ver e viver a cultura afro-brasileira em sua positividade, quando da formação do povo brasileiro. O texto que se segue, será estruturado numa análise bibliográfica que debruçou-se no estudo dos dilemas e desafios do ensino da história afro-brasileira na sala de aula. Estes dilemas referem-se aos próprios professores, que sentem dificuldades em lidar com o tema do negro e seu passado, quanto a aceitação dos estudantes frente à nossa diversidade étnica. Temos como “pares”, em nossa metodologia de pesquisa, a leitura e análise de trabalhos publicados por Lorene Santos, Amílcar Araújo Pereira, Martha Abreu, Rachel Soihet, entre outros, que não nos deixaram entrar sozinhos nessa provocante discussão.

Palavras Chaves: Negro, cultura, ensino.

## **Abstract**

This article aims to make a survey of the educational legislation on cultural diversity present in the Brazilian national curriculum guidelines and its challenges for the inclusion of an education in the classroom, aimed at ethnic and racial relations, bordering to the law enforcement currently 10.639/2004, reworked by law 11.645/2008. We'll cover the dilemmas of teaching African history and Afro-Brazilian culture, based on teachers' experiences/as reported in a bibliography on teaching of Afro-Brazilian history and culture in the classroom. We will discuss the results of an education based on cultural diversity in Brazil, where black students began to see and live the Afro-Brazilian culture in its positivity, when the formation of the Brazilian people. The text that follows, will be structured in a bibliographical analysis that it focused on the study

---

<sup>1</sup> Professor Substituto do curso de História da UEPB, Campus I, Campina Grande-PB

of the dilemmas and challenges of teaching of Afro-Brazilian history in the classroom. These dilemmas refers to the teachers themselves, who feel difficulties in dealing with the theme of the negro and his past, as the acceptance of students front of our ethnic diversity. We have as "pairs", in our research methodology, the analysis of published works by Lorene Santos, Amilcar Araujo Pereira, Martha Abreu, Rachel Soihet, among others, let us alone in this provocative discussion.

Key words: black, culture, teaching.

## **1- INTRODUÇÃO**

Quando o negro foi pensado na escrita da história do Brasil? Qual o papel do negro na sociedade brasileira? Quais as mudanças que emergiram na educação brasileira a partir da Lei 10.639/2004? Como está transcorrendo o ensino de História, pautado na problemática afro-brasileira e africana? Quais os dilemas e desafios enfrentados pelos docentes e discentes brasileiros? O trabalho em tela, tem por meta abordar estes olhares que permeiam o cotidiano da sala de aula, afinal, a história de nossa escrita da história tem uma base eurocêntrica e cristã, e, quando leva-se para a sala de aula as diferentes culturas que compõe a formação social do povo brasileiro, verifica-se resistências por parte de estudantes, bem como uma positividade para a população afro-brasileira, que passa a enxerga-se na construção história da sociedade brasileira. Atualmente, nossos paradigmas, enquanto educadores, é debater a sociedade brasileira a partir da temática da diversidade, pois, quando se pensou em identidade brasileira, predominou por várias décadas um discurso eurocêntrico e cristão, que ainda hoje, demoniza a alteridade africana e afro-brasileira. Segundo Gontijo (2009, p. 63), “de acordo com os PCNS, a pluralidade cultural- sinônimo de diversidade- corresponde às características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional”. Logo, a educação brasileira na atualidade, encontra-se engajada em debater a temática da diversidade, da alteridade, da pluralidade afro-brasileira, ausente, durante anos e anos de nossos currículos. Afinal, o negro, nas poucas vezes que apareceu na escrita da história brasileira, teve seu perfil ontologicamente moldado na condição de escravo e de sujeito dominado.

A escrita da história brasileira emergiu oficialmente com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. O objetivo deste instituto de pesquisa era o de produzir uma história para a nação imperial brasileira e colocar o Brasil na marcha do progresso e no círculo dos status de nação civilizada. Portanto era preciso conhecer e construir uma história para a jovem nação independente. O intelectual que iniciou a escrita da história do Brasil, foi o botânico, Karl Friedrich von Martius, vencedor do concurso de monografia “ Como se deve escrever a história do Brasil”, de 1840. O que se verificou nos trabalhos de Martius, em relação à preocupação etnográfica sobre os negros foi algo praticamente nulo: os trabalhos etnográficos do botânico alemão dizem respeito unicamente aos índios, já que sua abordagem sobre os negros no plano da história do Brasil repercutiu em um silêncio para os letrados do IHGB. Entretanto, Martius deixou - em pleno século XIX - uma intrigante pergunta para as gerações futuras de pesquisadores que se dispusesse a escrever sobre o negro brasileiro. A questão chave sobre este elemento formador da nacionalidade brasileira, para este viajante bávaro, era se o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos? Esta era a pergunta que deveria reger o ofício do historiador preocupado em escrever a história do Brasil. Esta questão iria atormentar gerações de historiadores e outros pensadores ao longo da história da escrita da História do Brasil. Contudo, Martius não se mostrou indeciso a esta questão e expôs o que pensara:

Não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para melhor ou para pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil ( MARTIUS, 1845, p. 397).

O historiador que desenvolverá o projeto de escrever uma história para o Brasil, de acordo com a perspectiva proposta por Martius, será o “visconde de Porto Seguro”, natural de Sorocaba, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), historiador considerado (por sua pesquisa metódica) o Heródoto brasileiro. Em História geral do Brasil, Varnhagen dedicou aos negros poucas páginas, assim como von Martius em sua monografia. Para o Visconde de Porto Seguro, os traficantes negreiros fizeram um mal

ao Brasil entulhando as suas cidades do litoral e engenhos de negrarias. Na sua leitura, como a colonização africana teve uma grande entrada no Brasil, podendo ser considerada um dos elementos da sua população, “julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar, e modernamente os da cultura do café”. Entretanto, rogou o autor aos céus:

Fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venha desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e, por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que nenhum outro país da América, começando pelos Estado Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como a todas as suas gradações ( VARNHAGEN, 1975, P. 223).

Para Varnhagen, ao passar tais “gentes” ao Brasil, como escravizados, na verdade estes melhoraram de sorte. Embora a escravidão fosse injusta, por não ser filantrópica, e fosse uma ofensa à humanidade, por ser um ataque ao indivíduo, à família e ao Estado de onde foram arrancados, os negros, ressaltou o autor, melhoraram de sorte ao entrar em contato com gente mais polida, com a bandeira da civilização e a cruz do cristianismo.

Durante a virada do século XIX para o século XX, período em que no Brasil, se desfaziam as engrenagens da escravidão, um círculo de intelectuais passou a colocar em debate a presença negra no Brasil. Ou seja, o Brasil que passara até o terceiro quartel do século XIX envolvido com o tráfico de escravos negros, pretendia dada a perspectiva em moda do Positivismo (ordem e progresso), apagar a presença negra brasileira. Ao final da escravidão, em 1888, parece que uma amnésia, em relação ao negro, tomou conta do país. Era preciso extirpar da “história pátria” aquilo que estava sendo considerado uma nódoa prejudicial à história brasileira: a presença negra. O Brasil estava se transformando num país europeu, devido à crescente chegada dos imigrantes, os agentes que realizariam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

O contexto histórico do século XIX, isto é, aquilo que presidia a forma de se estar e pensar dos homens europeus era representado pelo Positivismo, Evolucionismo e Darwinismo Social. No Brasil, textos de Darwin e Spencer eram publicados na imprensa paulista. O declínio da escravatura exigiu repensar o futuro da jovem nação,

comandada pelos republicanos: discutia-se a identidade nacional e as diferenças sociais. Enfim, era preciso criar uma nova imagem de povo; só poder-se-ia atingir as desejáveis imagens europeias de civilização, progresso e ordem, apurando a raça brasileira. Tal apuramento civilizatório se faria mediante a crescente injeção de sangue europeu, o que possibilitaria o branqueamento da nação, e, para que tal projeto não percesse, proibiu-se até mesmo a entrada de negros no território brasileiro ZAMPORONI (1995, P.2).

Nesse período, o cientista João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, defendia as seguintes idéias, com base num processo de mestiçagem positiva: “é lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós” (1998, P. 176). Para Lacerda:

O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução, afinal, ‘o país era descrito, na sua visão, como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas, levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco’ (RODRIGUES, 1977, P. 264-265).

Era desta maneira que se encontrava o negro em fins do século XIX, excluído das políticas governamentais que buscavam estruturar a nação com bases num projeto que tinha como lema a ordem e o progresso do Brasil Republicano.

Excluir a presença negra pela mestiçagem parecia aos olhos de Nina Rodrigues, famoso médico da escola baiana, um equívoco. Nina Rodrigues era adepto do Darwinismo social e dos modelos de poligenismo: Os poligenistas e adeptos do darwinismo social defendiam que as raças humanas correspondiam a realidades diversas e, portanto não passíveis de cruzamento.

Nina Rodrigues fez importantes estudos recolhendo as memórias dos escravos africanos, mostrando o quanto de diversidade havia entre os negros, no tocante às diferenças físicas, culturais e morais. Entretanto, para aquele médico legista o negro era um problema para o Brasil:

O que importa ao Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade pelo mestiçamento, processo natural por que os negros se estão integrando no povo brasileiro. (IDEM, P. 264-265).

Nina Rodrigues se filia ao conhecimento científico dominante ao defender a superioridade entre as raças, e supõe que o negro carrega em si a predisposição criminal. Para ele, diversas abordagens implicavam reconhecer o negro como agente criminológico: a constituição biológica e os fenótipos criminológicos e mesmo o atraso cultural, efeito de uma raça que estava ambientada noutra temporalidade, distante dos povos civilizados (SILVA, 2003, P. 33-34). Nina Rodrigues é enfático ao afirmar a degeneração do negro:

A raça negra no Brasil (...) há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo e que consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo (RODRIGUES, Op. Cit. P.7).

A produção historiográfica vinculada ao IHGB desprezava a participação do negro enquanto agente social na sociedade brasileira. Para esses pesquisadores da identidade brasileira, o negro representava a parte não civilizada da emergente nação. Mas, na primeira metade do século XX emergiu no Brasil um leque de discursos (culturais e político) que procurou demonstrar a nossa docilidade social, fruto da mescla de nossas três raças que culminou na sociedade brasileira. Freyre adere a esta rede discursiva e vai discorrer sobre a suavidade em nossas relações sociais a partir do seu próprio e saudoso mundo: o mundo da casa-grande e senzala, dos sobrados e mucambos. Apresentações à parte, vejam o que Freyre escreveu sobre o papel do negro na sociedade escravista. Em “Casa Grande & Senzala”, ele defendeu a miscigenação como algo positivo, e em momento algum escondeu a presença negra como uma das raças fundadoras do povo brasileiro.

Todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo... a influência direta ou vaga e remota, do africano ... Em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra (FREYRE, 2003, P. 367).

Freyre explica como a presença e a influência negra pode ser sentida na vida do homem branco, e ao mesmo tempo, lança as bases de sua democracia racial, ao relatar que os homens brancos de sua geração se lembram da escrava ou sinhama que os embalou, que os amamentou e que os deu de comer. Freyre escreve com nostalgia sobre: a negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. Da

que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação de homem (IDEM, P. 367).

As décadas seguintes à publicação de *Casa Grande & Senzala* serão (entre os anos 40 e 50) de uma nova geração de intelectuais, integrada por Florestan Fernandes, Otávio Yanni, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e outros. Os ideais marxistas permearam a escrita dos pesquisadores da USP: emergiram discursos combatentes ao sistema capitalista e em prol da independência econômica do Brasil; no tocante ao social, as possibilidades do discurso foram em torno das contradições de classes e das injustiças sociais. O interesse pelas conseqüências da escravidão e suas relações com o sistema capitalista esteve presente nas obras destes estudiosos. Para eles, a escravidão é pedra basilar no processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: o mercado e o lucro. Ao criticarem “*Casa Grande & Senzala*” esses autores afirmam que em Freyre, as relações de dominação no Brasil são ocultadas, quando foram violentas e cruéis. É visível na obra freyreana a tentativa de mostrar o homem branco, tratando seu escravo com bondade, suavidade e ternura. Por isso, considera-se que “Freyre apagaria as tensões, as agudas contradições reais que caracterizaram as relações sociais entre senhores e escravos” (REIS, 2002, P. 59).

A partir dos anos 70, os movimentos negros se rearticulam na sociedade brasileira, agregando novos interesses em suas formas de luta. Passam a valorizar significativamente as questões educacionais dos afro-descendentes (terminologia que passa a ganhar vigor entre os grupos negros) e criam um ambiente favorável à discussão da cultura nacional e das origens do povo brasileiro. Um dos principais movimentos dos anos 70 foi o Movimento Negro Unificado (MNU) que, unido a outras organizações, passou a denunciar, também, o lado místico da democracia racial: “Nas diferenças no acesso à educação e ao lazer, na distribuição desigual de rendas estavam as marcas da discriminação, que fugia da alçada oficial, mas era evidente no cotidiano (SCHWRCZ, 1998, P. 208).

O Movimento Negro Unificado irá atuar durante os anos de 1979 até os fins dos anos 80, através dos *Cadernos Negros* e do *Jornal do Movimento Negro Unificado*, principalmente nas cidades de São Paulo e Salvador. Esse movimento assumirá uma postura política e pedagógica, enfatizando a necessidade de se produzir e se divulgar um discurso emancipatório, a partir da invenção de uma memória cultural afro-brasileira.

Trata-se de um discurso que objetivou abordar o negro a partir de imagens positivas, tentando ser um contra- discurso aos tantos outros discursos que traçaram na história do Brasil, mensagens degenerativas e submissas do negro escravizado. Este contra discurso se difundiu através do Jornal do Movimento Negro Unificado e dos Cadernos Negros, procurando influenciar e difundir novas versões para a história do negro brasileiro. Os prefaciadores e também os escritores dos Cadernos negros consultavam e retiravam sob a poeira dos tempos objetos históricos como “Palmares, Zumbi, Revolta de Búzios e Revolta dos malês”, e com isto, elaboravam uma história da participação do negro na sociedade brasileira. O Movimento Negro comenta nestes tipos de periódicos, tais revoltas, com a intenção de construir outras versões da história dos africanos e afro-descendentes no Brasil- um recurso indispensável para reverter o repetido discurso do estereótipo inferiorizante (IDEM, P. 107).

## **2- METODOLOGIA**

O que verificamos durante a produção deste trabalho é que as mudanças na legislação educacional brasileira vêm de um longo processo de debates e lutas em torno do negro brasileiro. E, creditamos ao Movimento Negro Unificado, um dos grandes responsáveis pela inserção de novos temas nos livros didáticos de história, ligados à problemática das relações étnico-raciais.

Depois da aprovação da Lei 10.639/2004, as redes públicas e privadas de ensino procuraram adequar-se às mudanças e inserir à temática africana e afro-brasileira na sala de aula. Segundo a pesquisadora Lorene Santos, doutora em educação, o ensino de história africana e afro-brasileira, ainda enfrenta dilemas e desafios na sala de aula. Nosso trabalho pauta-se nos olhares desta pesquisadora sobre a educação no município de Contagem-MG. Santos realizou um trabalho de doutoramento em educação, entrevistando vários docentes daquele município mineiro. A pesquisadora criou dois grupos de estudos, de onde a pesquisadora recolheu vários depoimentos. O primeiro grupo denominado “Redes de Trocas”, criado em 2008, reuniu 31 professores de diversas áreas da educação. O segundo grupo, formado por 88 professores de história, compuseram a equipe, denominada “Focal”.

Os encontros apontaram para a existência de diferentes formas de discriminação contra o negro nas escolas públicas daquele município. Os relatos e reflexões



apresentados pelos professores trazem a confirmação “de que as relações dentro das escolas de educação básica ainda são fortemente atravessadas por ideias e práticas racistas- explícitas ou veladas-, envolvendo não apenas estudantes, mas também a relação entre estes e seus professores...” (SANTOS, 2013, P. 65-66).

### **3- ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Ao ouvir os relatos dos professores, Santos concluiu que a inserção da história da África na sala de aula trouxe uma positividade para os estudantes negros. Muitos sentiram-se prestigiados ao verem seus ancestrais retratados nos manuais didáticos de história. Segundo uma docente, o trabalho com a história da África fez com que os estudantes colocassem em evidência a valorização da própria negritude.

As alunas começaram a ir para a escola com os cabelos todos arrumados, antes elas não iam não. Os meninos começaram também começaram a fazer penteados afro, foi uma coisa que marcou muito eles, eles gostaram muito. O resultado foi muito bom, elevou a alta estima (SANTO, 2013, P.69).

Contudo, muitos professores passam por conflitos, pois, durante as entrevistas, alguns docentes expressaram o mal estar de abordar o tema da escravidão no Brasil. Alguns sugeriram que o negro não tem que estar ligado à escravidão. Contudo, noutro depoimento, um professor sugere que devemos sim, abordar a escravidão, mostrando que a escravidão não é uma exclusividade dos africanos.

Eu acho que a gente deve trabalhar a escravidão sim, olhando de forma geral, voltando aos gregos, é muito importante trabalhar a escravidão, para depois abrir uma discussão, para não ficar preso às questões culturais, porque tambor é importante sim, mas tem que fazer um trabalho maior (IDEM, P. 72).

Um dos grandes desafios dos docentes, em relação ao ensino de história africana e afro-brasileira, é que muitos professores estão deixando de ensinar história e priorizando um ensino voltado para a cultura. Isto é preocupante, pois, trabalhar a temática da história da África, não significa entrar na aula e bater um tambor, ou tocar

outro instrumento. “Nós não vamos começar dançando aqui dentro da escola. Aqui não vai dançar primeiro. Primeiro nós vamos tomar conhecimento” (IDEM, p. 75).

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de história da África e Afro-Brasileira já é uma realidade nos manuais didáticos de história. A grande questão é a prática de ensino na sala de aula, pois, muitos estudantes resistem ao estudo da diversidade, acostumados com uma história eurocêntrica e cristã, muitas crianças demonizam a cultura africana, rotulando a cultura afro, como sendo de sacrifícios e sanguinária. Esquecem-se que na matriz de suas religiosidades, os judeus ofereciam, sacrificavam os cordeiros, em holocausto à Iaveh. Sabemos que as mudanças são lentas e que o desafio do ensino de história afro-brasileira e africana tem ganhado seus espaços, apesar desses desafios. Não trata-se de abordar o ensino de uma cultura única e verdadeira, mas, fazer as pessoas refletir que o mundo não é explicado por uma única cultura, e sim, que vivemos num mundo repleto de diferenças socioculturais, marcado pela diversidade.

#### 5- REFERÊNCIAS

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Idenidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sócio cultural”. IN: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MARTIUS, Karl von. **Como se deve escrever a história do Brasil.** Revista trimestral de História e Geographia, ou jornal do instituto histórico e geográfico brasileiro. Nº 24. Janeiro de 1845.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, Lorene. Ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira: dilemas e desafios para a recepção da Lei 10.639/2004. IN: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. (orgs.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Mozart Linhares da. Direito e medicina no processo de invenção do anormal no Brasil. in: SILVA, Mozart Linhares da. **História, medicina e sociedade no Brasil.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZAMPARONI, Valdemir D. **Os Estudos Africanos no Brasil**: Veredas. *In*: Revista de Educação Pública – Cuiabá. v. 4, n.5. Jan./Jun. 1995.